

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR

Estudo Técnico Preliminar 33/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 02

2. Descrição da necessidade

Contratação de Empresa especializada na Elaboração do Programa de gestão do Patrimônio Arqueológico e relatórios do Loteamento Industrial no Município de Ivaiporã - PR.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos	Jeferson Teixeira Palopoli

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4. CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****4.1. Referências normativas**

- a) Instrução Normativa IPHAN nº 001, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental
- b) Instrução Normativa IPHAN nº 6, de 28 de novembro de 2025, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental;
- c) Instrução Normativa IAT nº 21, de 25 de abril de 2025, que estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários urbanos no território paranaenses.

4.2. Descrição dos serviços**4.2.1. PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PINDAUVINHA**

6.2.1.1. Os estudos e projetos a serem elaborados para o Projeto de Salvamento Arqueológico deverá conter, obrigatoriamente:

- a. Currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
- b. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
- c. Indicação de Instituição de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada na unidade federativa onde a pesquisa será realizada, bem como Endosso Institucional.

- d. Poligonal da área abrangida pelo projeto (*shapefile*);
- e. Indicação e caracterização georreferenciada do sítio impactado;
- f. Prova de idoneidade financeira do projeto;
- g. Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;
- h. Definição de objetivos;
- i. Metodologia a ser utilizada no salvamento do sítio com base nos resultados identificados no RAIPA;
- j. Metodologia a ser utilizada na coleta da ocorrência arqueológica 3;
- k. Metodologia a ser utilizada na coleta de superfície, sinalização e cercamento integral da porção do Sítio Caracu que será preservada;
- l. Conceituação e metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos;
- m. Sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa;
- n. Cronograma para a realização das atividades; e
- o. Proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão.

4.2.2. PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO NA ÁREA DIRETAMENTE IDENTIFICADA

4.2.2.1. Os estudos e projetos a serem elaborados para o Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA, ser realizado durante as atividades impactantes a solo e subsolo, deverá conter, obrigatoriamente:

- a. Currículo do Arqueólogo Coordenador, dos Arqueólogos Coordenadores de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada, a ser avaliado conforme ato específico do IPHAN;
- b. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa.
- c. Definição dos objetivos;
- d. Cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo;
- e. Metodologia para realização do Monitoramento Arqueológico compatível com o cronograma detalhado de execução de obras;
- f. Cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico;
- g. Poligonal da área abrangida pelo projeto (*shapefile*);
- h. Mapa Impresso em escala compatível.

4.3. PROJETO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.3.1. Os estudos e projetos a serem elaborados para o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, conforme definido no art. 45, da IN IPHAN nº 01/2015, deverá conter, obrigatoriamente:

- I. Definição do público-alvo;
- II. Objetivos;

- III. Justificativa;
- IV. Metodologia;
- V. Descrição e Currículos da equipe multidisciplinar responsável;
- VI. Cronograma de execução, e
- VII. Mecanismos de avaliação.

§ 1º O público-alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento.

§ 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

§ 3º O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento.

§ 4º Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial.

4.3.2. O Projeto Integrado de Educação Patrimonial deve ser orientado pelas diretrizes nacionais de Educação Patrimonial com base em pressupostos teóricos da educação participativa e dialógica, consolidadas nos seguintes documentos: Carta de Nova Olinda (2009), I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009), II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011) e Portaria IPHAN nº 137/2016.

4.3.3. Deverá ser definido um escopo mínimo de público e formato das atividades a serem realizadas, de forma coerente com os pressupostos teóricos apresentados no projeto. No decorrer do desenvolvimento do projeto, a partir dos contatos e consolidação de parcerias institucionais poderão ser justificados acréscimos e/ou supressões de atividades se devidamente motivados.

4.3.4. Além destes supracitados requisitos, o projeto deverá estar em consonância com a Portaria IPHAN 07/1988, no que couber, assim como com os demais estudos exigidos pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental e que, para além do levantamento dos sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, considere também os estudos anteriormente executados na área de influência do empreendimento.

4.3.5 O projeto deve referir-se, ainda, aos sítios arqueológicos já conhecidos localizados na área de influência do empreendimento e que possam, durante a implantação do empreendimento, sofrer impactos, mesmo que indiretos. Nesses casos o projeto deverá contemplar medidas mitigadoras e/ou compensatórias adequadas à sua proteção e socialização.

4.4 RELATÓRIOS PARCIAL E FINAL DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO REALIZADO NA ADA

4.4.1. Os relatórios deverão conter, no mínimo:

- a. identificação;
- b. introdução
- c. caracterização da ADA e das frentes de obra monitoradas;
- d. metodologia aplicada;
- e. descrição das atividades realizadas;
- f. resultados do monitoramento, com registro da ocorrência ou não de vestígios arqueológicos e medidas adotadas;

- g. registro fotográfico georreferenciado;
- h. avaliação conclusiva e
- i. recomendações técnicas.

4.4.2. Os relatórios parciais deverão ser apresentados conforme cronograma da obra, e o relatório final deverá consolidar todas as atividades de monitoramento realizadas para fins de manifestação do IPHAN no licenciamento ambiental.

4.5 RELATÓRIO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO E DEMAIS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS BENS ARQUEOLÓGICOS

4.5.1. Os estudos e projetos a serem elaborados para o Relatório De Salvamento Arqueológico e demais medidas de Proteção aos Bens Arqueológicos, conforme definido no inciso I do Art. 34 e nos termos do inciso I do Art. 35 da IN IPHAN 01/2015, deverá conter, obrigatoriamente:

- a. descrição circunstanciada das operações realizadas;
- b. análise e interpretação dos bens arqueológicos resgatados;
- c. avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos;
- d. inventário dos bens arqueológicos relativos ao salvamento, conforme Anexo II da Portaria 196/2016;
- e. relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras;
- f. documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela;

4.5.2. A responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento, cabendo ao empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos *in situ*, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis, como determina o Art. 51 da IN IPHAN n.º1/15.

4.5.3. Durante a pesquisa arqueológica deverão ser observadas as recomendações para a conservação de bens arqueológicos móveis constantes no anexo I da Portaria IPHAN 196/2016, especificamente os tópicos destinados aos coordenadores de pesquisa arqueológica, aos pesquisadores e demais agentes envolvidos na pesquisa.

4.5.4. Tanto o planejamento quanto a execução das atividades relacionadas à conservação de bens arqueológicos deverão ser realizadas por profissional ou equipe devidamente qualificada.

4.5.5. No que diz respeito ao registro de sítios arqueológicos deverá observada a Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019 e que as Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos **atualizadas** deverão, necessariamente, ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo arqueólogo coordenador, e em meio digital, formato ACCESS, com vistas à sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, após análise e homologação pelo IPHAN e conforme as orientações abaixo.

- a. Utilizando a ficha de registro oficial do IPHAN, onde devem ser preenchidos todos os campos de maneira mais completa possível;

- b. Os dados acerca da localização do sítio devem ser adquiridos utilizando sistema de posicionamento global GPS, de acordo com as seguintes especificações:
 - 3. Datum horizontal: SIRGASS 2000;
 - 4. Projeção: UTM, informando o fuso;
 - 5. Posicionamento: precisão de 5 metros, podendo ser utilizado equipamento GPS de navegação, sendo validado por profissional habilitado;
 - 6. Margem de erro: máximo de 5 metros.
- g. A ficha de registro deve vir acompanhada de fotos georreferenciadas comprovando a ida ao sítio, memoriais descritivos e mapas referentes à localização do bem. Os produtos cartográficos devem demonstrar o sítio e suas dimensões e devem ser enviados nos formatos:
 - 8. *Shapefile*: devem conter minimamente os arquivos *.shp; *.shx; *.prj e *.dbf, contemplando a poligonal e o ponto central do sítio, visando a incorporação no banco de dados geográfico. A tabela de dados será gerada conforme a ficha de registro reproduzindo todos os seus campos;
 - 9. Memorial descritivo de limites ou mapa em formato imagem (arquivo TIFF ou PDF e com resolução mínima de 600 dpi) representando os pontos e vértices limítrofes do sítio: observando os seguintes requisitos mínimos para produtos cartográficos – Datum horizontal, sistema de projeção (quando houver), escala gráfica e numérica, legenda, norte geográfico, mapa de localização do recorte em relação ao estado ou município, fonte, malha de coordenadas;
 - 10. Memorial descritivo do itinerário até o sítio, considerando os pontos de referência de fácil localização em campo e distâncias;
 - 11. Descritivo dos materiais e métodos utilizados na coleta, processamento e controle de qualidade dos dados.
- l. Os arquivos devem ser enviados à Superintendência do IPHAN no Paraná em meio digital DVD ou Pendrive, sendo os arquivos em formato *shapefile* separados por fusos UTM, os mapas em formato imagem agrupados por município e as fotos organizadas em pastas específicas, por sítio. As fichas de registro de sítio e demais arquivos organizados em pastas por município e em subpastas por sítio.
- m. As plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com *datum* SIRGAS2000.
- n. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráfica e numérica e sistema de coordenadas UTM (*Datum* SIRGAS2000) contendo a área de influência do empreendimento, o posicionamento e delimitação de sítios localizados e/ou conhecidos e demais informações relevantes para a avaliação do impacto na área.
- o. Caso o empreendimento sofra alterações na área de influência inicialmente apresentada o IPHAN deve-se apresentar documentação com todos os requisitos, já citados acima, necessários a manifestação deste instituto, ou seja, o arqueólogo coordenador deverá indicar quais serão as alternativas locais para o empreendimento, indicando qual o grau de impacto em cada um dos locais sugeridos.

4.6 RELATÓRIO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.6.1. Os estudos e projetos a serem elaborados para o Relatório Integrado de Educação Patrimonial, deverá conter, obrigatoriamente dos seguintes parâmetros de análise:

- a. Proposta inicial e abordagem metodológica utilizada;

- b. Levantamento preliminar das referências culturais da região;
- c. Dados sócio-econômicos para a caracterização e identificação do (s) município (s) e áreas impactadas;
- d. Parcerias realizadas (por exemplo: Secretarias de Educação e de Cultura; instituições de ensino, empresas, grupos e fazedores culturais da região), ou participação em eventos da comunidade e/ou de outros parceiros em ações educativas e de difusão do patrimônio cultural no(s) município (s) impactados;
- e. Lista de grupos e/ou instituições de ensino participantes do projeto;
- f. Relato das atividades realizadas contendo formato e descrição detalhada da ação educativa proposta, duração/carga horária e objetivos de cada atividade, conteúdo ou temas abordados, bem como perfil do público e quantitativo de participantes em cada uma das atividades, e cronograma de realização;
- g. Avaliação do processo educativo empreendido e da interação com seus participantes (apresentação dos métodos de avaliação utilizados; comparativo entre aquilo que foi planejado e o que foi efetivado; dificuldades e desafios no desenvolvimento do projeto; principais pontos positivos da ação educativa realizada; percepção sobre o engajamento do público e das instituições participantes).
- h. Cópia digitalizada dos materiais educativos distribuídos aos participantes;
- i. Registro fotográfico comprobatório de todas as ações realizadas;
- j. Lista de presença assinada pelos participantes;
- k. Currículos dos membros da equipe educativa;
- l. Referências bibliográficas e fontes.

4.7 ORIENTAÇÕES GERAIS

4.7.1. Todos os projetos, relatórios e demais documentos referentes à pesquisa arqueológica, no âmbito do licenciamento ambiental, e que tenham por objetivo a anuência do IPHAN para obtenção de licenças ambientais ou equivalente, devem ser protocolizados acompanhados de Ofício ou Carta de encaminhamento assinados pelo Coordenador-Geral e Coordenador de Campo, quando houver, acompanhado de documento assinado pelo responsável legal pelo empreendimento, manifestando ciência de seu conteúdo e solicitando a anuência do Iphan à licença ambiental ou equivalente.

4.7.2. Tendo em vista que os processos tramitam em meio eletrônico, através do SEI/IPHAN, todos os documentos, incluindo projetos, relatórios, seus anexos e correspondências de encaminhamento, deverão ser enviados por meio do protocolo eletrônico, disponível pelo link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolizardocumentos-ao-instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan>, ou através do e-mail protocolo.sede@iphan.gov.br, sempre com referência ao processo SEI/Iphan.

5. Levantamento de Mercado

Para a execução dos serviços arqueológicos necessários ao licenciamento ambiental, foi realizado levantamento de mercado junto a empresas especializadas e profissionais habilitados, devidamente cadastrados no IPHAN, aptos a executar projetos de salvamento e monitoramento arqueológico, bem como ações de educação patrimonial.

Verificou-se que os serviços demandados possuem caráter técnico especializado, exigindo equipe multidisciplinar, arqueólogo responsável legalmente habilitado, experiência comprovada e atendimento às normas específicas do IPHAN e dos órgãos ambientais. Dessa forma, não se trata de serviço comum ou padronizado.

O levantamento indicou que existem empresas no mercado com capacidade técnica para execução integral dos serviços, incluindo elaboração de projetos, acompanhamento de obras, produção de relatórios, gestão do acervo

arqueológico e desenvolvimento de ações educativas, sendo possível a contratação por meio de procedimento licitatório, conforme a legislação vigente.

A falta de ampliação de preço se justifica por se tratar de um serviço específico do Município, com escopo previamente definido e compatível com as necessidades locais. As atividades a serem executadas estão claramente delimitadas.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integrada de ações arqueológicas necessárias ao licenciamento ambiental do empreendimento, conforme as normas do IPHAN e dos órgãos ambientais competentes.

O escopo contempla a elaboração e execução do Projeto de Salvamento Arqueológico do Sítio Pindauvinha, o Monitoramento Arqueológico durante as atividades de obra que envolvam movimentação de solo, bem como a implementação de Projeto Integrado de Educação Patrimonial, visando à preservação, proteção e valorização do patrimônio arqueológico identificado na área de influência do empreendimento.

A solução inclui ainda a produção de relatórios técnicos parciais e finais, registros cartográficos e fotográficos, análise e conservação dos bens arqueológicos eventualmente encontrados, além da destinação adequada do acervo à instituição de guarda e pesquisa devidamente credenciada.

De forma integrada, as ações asseguram o atendimento às exigências legais, a mitigação de impactos ao patrimônio arqueológico, a continuidade das obras com segurança jurídica e o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental, promovendo também a socialização do conhecimento arqueológico junto às comunidades envolvidas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Quant	Unid.	Descrição
01	01	Unid	Elaboração do Programa de gestão do Patrimônio Arqueológico e relatórios do Loteamento Industrial no Município de Ivaiporã - PR.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 119.000,00

Cento e dezenove mil reais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução. As atividades de salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico, educação patrimonial e elaboração de relatórios são técnica e operacionalmente interdependentes, devendo ser executadas de forma integrada e contínua.

O parcelamento poderia comprometer a compatibilidade metodológica, a uniformidade dos procedimentos técnicos, o cumprimento dos cronogramas das obras e a responsabilidade técnica perante o IPHAN, além de dificultar a gestão, o acompanhamento e a responsabilização pelos resultados.

A execução por uma única empresa especializada assegura maior eficiência, padronização dos métodos, melhor controle técnico, redução de riscos de inconsistências nos relatórios e atendimento adequado às exigências legais e às condicionantes do licenciamento ambiental.

Dessa forma, a contratação integrada mostra-se a solução mais adequada, eficiente e segura para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para a execução da solução proposta, não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes por parte da Administração. Os serviços arqueológicos a serem contratados compreendem, de forma integrada, o salvamento arqueológico, o monitoramento durante as obras, o projeto de educação patrimonial e a elaboração dos respectivos relatórios técnicos exigidos pelo IPHAN.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação proposta está devidamente alinhada ao planejamento da Administração, uma vez que decorre de exigências legais e técnicas vinculadas ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Os serviços arqueológicos previstos são necessários para o cumprimento das condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes, especialmente o IPHAN, estando integrados ao cronograma de implantação do empreendimento e às etapas de execução das obras que envolvem movimentação de solo.

A contratação contribui para a regularidade do licenciamento ambiental, para a mitigação de impactos ao patrimônio arqueológico e para a continuidade das obras dentro dos prazos planejados, evitando atrasos, sanções administrativas ou paralisações.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação garante o cumprimento das exigências legais do licenciamento ambiental, evitando problemas como multas, embargos ou paralisação das obras.

Com a realização dos serviços, será possível proteger possíveis achados arqueológicos na área da obra, reduzindo riscos de danos ao patrimônio histórico e cultural.

A solução também contribui para que as obras ocorram de forma organizada e segura, com acompanhamento adequado durante as etapas que envolvem movimentação de solo.

Além disso, as ações de educação patrimonial ajudam a conscientizar a comunidade e os trabalhadores sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, fortalecendo a responsabilidade social do empreendimento.

13. Providências a serem Adotadas

Para a efetivação da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Elaboração do termo de referência contendo a descrição dos serviços a serem executados;
- Realização do procedimento de contratação conforme a legislação vigente;
- Formalização do contrato com empresa especializada e legalmente habilitada;
- Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços pela Administração;
- Recebimento e análise dos projetos e relatórios entregues;

- Encaminhamento da documentação ao IPHAN para fins de licenciamento ambiental.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução das obras pode gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados à movimentação de solo, que pode resultar na alteração temporária da área e na possibilidade de interferência em vestígios arqueológicos existentes no local.

Com a contratação dos serviços arqueológicos, esses impactos tendem a ser reduzidos, uma vez que haverá acompanhamento técnico adequado, identificação prévia de achados arqueológicos e adoção de medidas preventivas e corretivas, garantindo a proteção do patrimônio cultural e o atendimento às exigências do licenciamento ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária para a execução dos serviços arqueológicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAQUELINE DOLLA BORGES

Equipe de apoio